Rede das Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP

RELATÓRIO ANUAL

2009 - 2010

1. ENQUADRAMENTO GERAL

Este relatório é apresentado num dia verdadeiramente consagrado às mulheres, no dia em que as mulheres do mundo inteiro celebram mais um **"8 de Março, dia Internacional da mulher".**

Celebrada este ano sob o lema: **"IGUALDADE DE DIREITOS, IGUALDADE DE OPORTUNIDADES: PROGRESSO PARA TODOS** ", sabiamente proposto pelo **FNUAP**, esta efeméride, eivada de todo o simbolismo de que é merecedora, oferece-nos a oportunidade de constatar e sublinhar, com muito agrado, que as mulheres da CPLP, têm vindo a travar uma luta incessante, em prol da igualdade e equidade de género, participando activamente na vida política, económica e social nos nossos Países como titulares de importantes cargos no Governo, no Parlamento e em várias outras estruturas de direcção e de decisão, pese embora se registe ainda grandes desníveis nalguns Países.

Como dizia um Professor da Universidade de Minho cito:

"**O mundo inteiro mudou neste último século (séc. XX). Desde o princípio da relatividade de Einstein à queda do muro de Berlim, o planeta sofreu todo o tipo de alterações. As mulheres conquistaram o direito de serem pessoas com os mesmos direitos e deveres, nem que para isso tivessem tido de queimar "soutiens" e desejar a morte de todos os homens. As coisas desde então acalmaram, mas continua a viver-se numa sociedade patriarcal, onde o que é masculino continua a predominar.» fim de citação**

Esta citação demonstra claramente que não nos devemos adormecer, vangloriando-nos das conquistas já alcançadas, na medida em que estamos cientes que, pese embora tenhamos registado progressos globalmente positivos ao nível da nossa comunidade, resta ainda naturalmente muito por fazer em termos de igualdade e equidade de género.

Por isso o mais importante neste sentido é que hoje todos os caminhos estão abertos para que a mulher se liberte da exclusividade das tarefas domésticas e da carga da maternidade anual (papel a ela reservado durante séculos) e que tenha o homem, como seu verdadeiro parceiro e complemento indispensável na execução das árduas tarefas em prol do desenvolvimento.

2. INTRODUCÇÃO

A Terceira Conferencia da **Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP**, realizada no ano transacto em São Tomé e Príncipe, aprovou o Plano de Acção da Rede para o período 2009/2010.

Como estarão todos recordados cada delegação ficou com a incumbência de implementar de, acordo com as especificidades de cada um dos nossos Países o referido plano, como forma de dar o seu contributo na promoção da igualdade e equidade de género na nossa Comunidade.

Volvidos que são um ano, eis que somos chamados a proceder ao balanço das acções desenvolvidas pela comunidade.

Sem pôr em causa todas as acções desenvolvidas por cada um dos nossos Países, o Relatório que temos a honra de vos apresentar foi elaborado com base numa síntese balanço, muito apertada do essencial das acções desenvolvidas por cada um dos nossos estados membros durante o período em referência e em conformidade com os relatórios apresentados por cada um deles.

Informações mais detalhadas, podem ser consultadas através dos relatórios produzidos por cada um dos Países, apensos ao presente relatório balanço.

Do plano de acção aprovado destaca-se como grandes eixos os seguintes:

1. **A problemática da mortalidade materno-infantil e a promoção da saúde reprodutiva. (Orador – Timor-Leste)**

2. **O Papel das mulheres parlamentares na eliminação da violência no género e contra a criança (Orador – Cabo Verde)**

3. **O papel das mulheres parlamentares em processos de prevenção de conflitos em processos eleitorais. (Orador – São Tomé e Príncipe)**

4. **O papel das mulheres parlamentares na promoção de politicas públicas que visam o combate as DST e ao VIH/SIDA (Orador – Guiné-Bissau)**

5. **Desenvolvimento de vínculos de cooperação entre a Rede das Mulheres Parlamentares e outras organizações Congéneres (Orador – Moçambique)**

6. **Promoção de Lobby e advocacia junto dos Estados Membros, possibilitando uma maior tomada de consciência e maior engajamento no aumento da representatividade e participação activa da mulher na vida política e nas tomadas de decisão (Orador – Angola)**

7. **A problemática da discriminação das mulheres no mundo laboral (Orador – Portugal)**

8. **A problemática das alterações climáticas (Orador – Brasil)**

1- Acções desenvolvidas pela Presidente da Rede

Com o fito de garantirmos a efectiva implementação do referido plano de acção, desdobramo-nos em contactos desenvolvendo acções de índole geral nas mais variadas direcções.

Foi assim que aproveitando a nossa passagem por Portugal, tivemos um encontro, no dia 19 de Maio de 2009, na Assembleia da Republica, com as Senhoras Deputadas Celeste Correia, Maria do Rosário Carneiro e o senhor Deputado Miguel Coelho que tinham participado connosco na Assembleia Parlamentar em São Tome e Príncipe.

No referido encontro abordamos as questões que se prendem com a nossa missão comum, nomeadamente:

- A necessidade de elaborarmos um novo estatuto da Rede das Mulheres da Assembleia Parlamentar;
- A implementação do nosso plano de acção;
- A necessidade de formação de formadoras e a sua posterior disseminação nos nossos respectivos Países;
- A necessidade de promoção de igualdade e equidade de género nos nossos parlamentos;

As nossas colegas de Portugal manifestaram a total disponibilidade de tudo fazerem para o cumprimento desses desideratos, tendo colocado à nossa disposição a lei da paridade recentemente aprovado pela Assembleia da República.

Relativamente às outras actividades foi-nos dito que tendo em conta a aproximação das eleições legislativas tornava-se difícil garantir-nos qualquer acção de formação naquela fase, sugerindo que

aguardássemos pela constituição da nova Assembleia que seria efectivada em Outubro.

Todavia manifestaram a sua disponibilidade para nos ajudarem na elaboração do novo estatuto da Rede pelo que propusemos a todas que apresentassem as propostas para a sua elaboração.

De igual modo tivemos um encontro com o Senhor Secretario Executivo da CPLP que não obstante a sua apertada agenda se disponibilizou em nos receber.

Nesse encontro falamos de questões que se prendem com a formação e promoção da igualdade e equidade de género, acções essas que encontraram grande sensibilidade e disponibilidade da parte do Senhor Secretario Executivo.

O mesmo sugeriu que reflectíssemos sobre a possibilidade de organizarmos umas jornadas das mulheres parlamentares, algo que acolhemos com grande satisfação, tendo desencadeado uma série de acções tendentes a mobilizar apoios para a sua concretização.
Importa referir que das diligências já encetadas encontramos a disponibilidade da Representação do FNUAP em São Tomé para nos apoiar devendo o apoio ser canalizado para as contas do Instituto para Igualdade e equidade de género para o efeito.

Acompanhamos com muita preocupação a situação politica particular que atravessou a Guiné-Bissau durante o período pré-elitoral, tendo na altura enviado mensagens de condolências às nossas colegas da Rede Parlamentar da Guiné-Bissau bem como ao senhor secretário Executivo da CPLP, cujas cópias anexamos ao presente relatório.

Acções desenvolvidas por cada um dos Estados Membros

Revisitando globalmente os relatórios que gentilmente nos foram fornecidos por cada um dos Países passamos a descrever, de forma sintética as acções levadas a cabo:

1. **Relativamente à problemática da mortalidade materno-infantil e a promoção da saúde reprodutiva,** denotamos que foram desenvolvidas acções e adoptadas medidas legais tendentes a adopção de uma estratégia para o seu combate bem como a promoção da saúde reprodutiva, particularmente em Moçambique, cujo objectivo visa incentivar o governo a melhorar os programas e o seu desempenho".

Dados em nosso poder, permitem constatar que as taxas de mortalidade materno-infantil, em Moçambique, tem vindo a baixar, estimando-se em cerca de 41%; a Taxa de Mortalidade Neonatal (TMNN) decresceu de 59 óbitos em 1.000 nados vivos (NV) para 48 por 1.000NV, tendo sido mais significativa nas zonas urbanas do que nas áreas rurais.

Para a redução deste fenómeno o governo lançou um roteiro nacional visando acelerar a redução da mortalidade materna e neonatal; expandiu estratégia sobre a Atenção Integrada ás Doenças Infantis (AIDI) para o recém-nascido na primeira semana de vida.

Uma outra intervenção foi direccionada à vacinação, visando a diminuição da incidência de doenças preveníveis por vacina. Neste sentido foi introduzida no país a vacina Pentavalente, e a oferta de um enxoval ao bebé recém- nascido nos centros de saúde.

Foi também aprovada a Estratégia de *Casa de Espera* para as mulheres grávidas e parteiras tradicionais bem como o programa de rastreio do cancro do colo uterino.

No sector de formação em saúde materno-infantil, o governo continuou com a formação de profissionais em Obstetrícia e Neonatalogia.

Por outro lado constatou-se que a problemática da gravidez na adolescência tem constituído uma das causas do incremento da mortalidade materno-infantil nos nossos Países;

São Tomé e Príncipe só para citar um caso, apesar de realizar diversas actividades de sensibilização visando a mudança de comportamento, a verdade é que as estatísticas indicam que a incidência ainda é alta.

Ora considerando que as principais vítimas são as raparigas que têm que abandonar os seus estudos e cedo começarem a chefiar uma família, muitas vezes sem a ajuda do parceiro, indo integrar o leque das mulheres pobres chefes de família, optou-se pela realização de uma Conferencia Nacional visando reflectir sobre esta problemática e encontrar propostas de solução.

A realização da mesma teve o seu inicio no dia 31 de Julho, dia da mulher africana com uma duração de dois dias, e contou com o apoio de alguns parceiros bi e multilaterais, e das organizações femininas de São Tomé e Príncipe, nomeadamente a Embaixada de África do Sul, a Embaixada dos Estados Unidos, o UNICEF e o FNUAP, o Fórum da Mulher São-Tomense, o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género, a Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP, a Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares, e duas ministras em representação do Governo.

O evento, tinha como objectivos:

- Reflectir sobre a problemática da gravidez precoce em São Tomé e Príncipe e sua implicação para a vida das/os adolescentes.

- Identificar acções específicas a desenvolver para fazer face a este fenómeno que tem afectado a vida sobretudo das raparigas com poucos recursos económicos.

- Preparar a participação de São Tomé e Príncipe na conferência sub-regional subordinada ao tema “As raparigas têm valor”

A conferência produziu resultados bastante animadores pois permitiu:

- Consciencializar e sensibilizar os decisores, parceiros, adolescentes e jovens sobre a problemática da gravidez precoce e da educação sexual em geral e da morbi-mortalidade materna.

- Identificar acções e ideias de projectos para as principais vítimas da gravidez precoce.

- Estabelecer parcerias estabelecidas para a implementação de programas destinados às adolescentes/ jovens mães.

2. Em relação ao papel das mulheres parlamentares na eliminação da violência no género e contra a criança, a Rede de Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau tinha como objectivo

constituir a aplicação de actos normativos que visassem a eliminação da violência no género e na criança.
Para o efeito, participaram na aprovação da Lei da Saúde Reprodutiva (na generalidade), estando a preparar os Projectos-Leis da MGF e sobre a Violência na Mulher e Criança, que estão em fase da compilação com a Revisão do Código Penal e do Código do Processo Penal, para a sua harmonização com as Convenções Internacionais.

Na comemoração do Dia Internacional de Luta Contra a Violência, a 25 de Novembro de 2010, foi realizado um encontro com algumas mulheres e homens duma das Regiões do Sul da Guiné-Bissau, sobre a violência no género.

A Rede participou num "Atelier de Comemoração do Dia 30 de Janeiro (Dia da Mulher Guineense) ", sob o lema: "Mulher Guineense na Consolidação da Paz".

O referido atelier de reflexão debruçou-se sobre a implementação da Resolução N.º 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que visa a integração da perspectiva de género na consolidação e manutenção da paz, resolução de conflitos, assim como a ascensão da mulher em todos os níveis da tomada de decisão. Consequentemente, e a este respeito, foi produzida e adaptada a "Declaração de Bissau".

3. O papel das mulheres parlamentares em processos de prevenção de conflitos em processos eleitorais, (Portugal)

Quanto ao trabalho desenvolvido por Portugal no âmbito do programa delineado em São Tomé, não se registou nenhum desenvolvimento excepto a colaboração na preparação da AP que se inicia em 8 de Março. De facto a reunião foi realizada em finais de Abril, e os meses que se seguiram foram marcados pela intensidade do fim de uma legislatura e de três actos legislativos. O novo parlamento eleito teve que tratar em primeiro lugar do programa de governo, da eleição da nova delegação e agora do orçamento de estado, pelo que só a partir de agora se poderá estruturar e desenvolver o trabalho previsto no âmbito do programa da rede de mulheres parlamentares da CPLP.

4. No concernente ao papel das mulheres parlamentares na promoção de politicas públicas que visam o combate as DST e ao VIH/SIDA (Cabo Verde) - A Assembleia Nacional de Cabo-Verde elaborou a Lei nº 19/VII/2007. Desde esse período, os deputados (as) têm feito a divulgação desta Lei, sensibilizando os

vários Serviços/Organizações implicados na sua materialização. Este trabalho tem sido feito em parceria com a Rede Parlamentar de População e Desenvolvimento e com a CCS/SIDA (Comissão de Combate à Sida).

Foram realizados vários Encontros ao nível nacional, com os profissionais da Saúde, os Sindicatos, as Escolas, os Hospitais, as Câmaras Municipais, com o objectivo de levar até eles os esclarecimentos necessários, sobre a referida Lei.

A RM-AP-CPLP, vem trabalhando ao lado do ICIEG (Instituto Cabo-Verdiano da Igualdade e Equidade de Género) e das ONGs Cabo-verdianas na elaboração de uma Lei da VBG (Violência Baseada no Género), a ser levada ao Parlamento ainda este ano, para votação.

Igualmente têm dedicado também às questões da saúde, tais como campanhas de sensibilização para o controle/prevenção do cancro da mama, levando a comunidade, em especial as Mulheres, a fazerem a despistagem desta tão terrível doença.

Vários intercâmbios foram levados a cabo com países amigos, possibilitando a troca de experiências entre as diferentes organizações congéneres, o que possibilitou aos Deputados ter uma visão realista e actual da evolução mundial e da globalização.

A RMP-AP-CPLP, desenvolveu em parceria com o ICIEG o Projecto "Plaidoyer para aumentar a participação das Mulheres nas listas para as eleições Autárquicas em Cabo-Verde", tendo realizado vários encontros com individualidades políticas, Líderes Partidários, cabeças de lista nos diversos Concelhos, tendo conseguido bons resultados, com a eleição de mais uma Mulher para a Câmara do Paul (Ilha de S. Antão), e mais Vereadoras e Deputadas Municipais.

É de realçar a participação da Rede Cabo-verdiana no encontro Nacional de Reflexão "Situação Mono Parental, Paternidade Irresponsável e Direitos e deveres da Criança.

5. Quanto à promoção de Lobby e advocacia junto dos Estados Membros, possibilitando uma maior tomada de consciência e maior engajamento no aumento da representatividade e participação activa da mulher na vida política e nas tomadas de decisão é digno de realce o caso de S.Tomé e Principe que tendo constatado que continua a existir à um

défice de participação das mulheres nos órgãos de decisão política, sobretudo ao nível parlamentar com especial destaque para as últimas eleições legislativas;

Considerando que diversos instrumentos do direito internacional, já ratificados por São Tomé e Príncipe, recomendam medidas visando o aumento da participação das mulheres nos diversos níveis do exercício do poder político;

Tendo em conta que a participação das mulheres em igualdade, na vida política e pública, desempenha um importante e insubstituível papel no progresso do estatuto das mulheres e é uma condição essencial à realização plena da democracia;

Neste sentido, um grupo de mulheres de várias forças partidárias decidiram submeter aos Órgãos de Soberania um projecto de Resolução exigindo uma quota mínima de 30% de representação feminina em todos os órgãos de decisão. Importa salientar que o referido projecto de Resolução foi aprovado, por unanimidade pelo parlamento São-tomense.

Por outro lado, no âmbito das actividades programadas pela Rede das Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP, está prevista a realização das Jornadas Parlamentares, com o objectivo de analisar e debater temas inscritos no nosso plano de acção como forma de encontrar soluções comuns passíveis de contribuírem para a promoção da mulher, nos diversos países da CPLP.

Importa sublinhar que se pretende que as mesmas sejam realizadas em São Tomé e Príncipe, na qualidade do País que detém a presidência da Rede, na segunda quinzena do mês de Abril, data a ser confirmada durante a reunião da Rede a ter lugar em Lisboa.

Os temas propostos para o evento são os mesmos que constam do nosso plano de acção enquanto principais eixos do mesmo.

Pretende-se igualmente que essas jornadas parlamentares tenham uma duração de dois dias.

Os participantes devem ser, em princípio, deputadas oriundas dos oito Países que constituem a CPLP, nomeadamente: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, para além dos convidados.

Principais constrangimentos

Dentro do Orçamento privativo da Assembleia Nacional, a Rede depara-se com algumas dificuldades financeiras na implementação das suas acções. Muitas vezes tem recorrido ao apoio dos parceiros, quer bilaterais como multilaterais, o que não tem sido fácil. Esta questão deverá merecer alguma reflexão na nossa IIª Assembleia Parlamentar.

Conclusões

Das análises feitas, conclui-se o seguinte:

1. Que apesar dos progressos registados em alguns países no concernente a igualdade e equidade de género, persiste ainda uma fraca representação das mulheres nos processos de tomada de decisões aos vários níveis.

2. Que nos Países de expressão portuguesa, a pobreza tem o rosto feminino, pois as condições de pobreza, de precariedade de emprego, saúde e educação afectam particularmente as mulheres.

3. Que as mulheres são, infelizmente as mais afectadas pela violência doméstica e pelo SIDA.

4. Que embora os nossos Países tenham ratificado a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, ainda prevalecem várias formas de discriminação contra a mulher.

Recomendações

1. Tendo em conta esta situação, necessário se torna que ao nível da CPLP sejam encontrados mecanismos passíveis de fortalecer o papel das mulheres no processo de desenvolvimento proporcionando meios que garantam o financiamento de programas de promoção, de formação e desenvolvimento da mulher como forma de garantir a igualdade e equidade de género que tanto almejamos.

2. Torna-se igualmente necessário que sejam criadas e garantidas as condições que permitam o aumento da participação das mulheres na vida cívica e politica de modo a se obter maior participação das mesmas nos órgãos de decisão.

3. Para o efeito torna-se necessário garantir o cumprimento da legislação nacional de cada País e se necessário for, estabelecer um sistema de quotas e/ ou metas para garantir a maior representação feminina ao nível partidário, parlamentar e na Administração Central do Estado.

4. Para o cumprimento destes desideratos torna-se necessário o estabelecimento de politicas de educação, cultura e de acesso das mulheres a recursos económicos e aos meios de comunicação de massa.